



PRÁTICA FORENSE PENAL

Capítulo IX – Recursos

17) Petição de interposição e contra-razões de recurso extraordinário

Excelentíssimo Senhor Doutor Desembargador Presidente
do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de ____
ou

Excelentíssimo Senhor Doutor Desembargador Presidente
do Egrégio Tribunal Regional Federal da ____.^a Região.
Referente Apelação n.º ____

“U”, já devidamente qualificado nos autos do recurso de
apelação apontado, por seu procurador e advogado infra-
assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Ex-
celência, tempestivamente, em face da interposição do

RECURSO EXTRAORDINÁRIO,

apresentar as contra-razões consistentes nas argumen-
tações apresentadas em anexo.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Comarca, data.

Promotor de Justiça
ou
Procurador da República

Contra-razões do recurso extraordinário

Pelo recorrido: Ministério Público

Recorrente : “U”

Referente Apelação n.º _____

Egrégio Tribunal

Atuou com o costumeiro acerto o Tribunal prolator do acórdão atacado, não alcançando dispositivos constitucionais, afastando a pertinência do presente recurso.

Trata-se de situação em que o recorrente foi condenado, em concurso material, pela prática de dois roubos seguidos de morte e três homicídios qualificados, sustentando em razão disso, sentença condenatória que lhe destinava 91 anos de reclusão.

Tendo transitado em julgado os decisórios, teve o recorrente sua pena unificada, de forma a obedecer a previsão legal limitatória do tempo de segregação, no sentido do que prevê o art. 75 do Código Penal.

Desta feita, encontra-se o recorrente cumprindo pena desde 20 de janeiro de 1974, pelo que estaria próximo ao termo final da mesma. No entanto, em início de 2003, houve por bem o digno representante do Ministério Público requerer a conversão da pena em medida de segurança, especialmente em razão da grande periculosidade apresentada pelo recorrente, atestado em competente exame criminológico, efetuado anteriormente.

Com o rigor que norteia as decisões que profere, o juiz deferiu o pleiteado, especialmente pelo exame cauteloso dos dados constantes da avaliação do recorrente, que não deixou dúvidas de que o mesmo sustenta inequívoca perturbação de sua saúde mental, não lhe permitindo discernir com acerto sobre condutas que objetiva realizar a se ver sem qualquer controle (fazer menção a termos do laudo ou destaque de tópicos que justifiquem a sustentação).

Não obstante não ter cometido outro delito, após o início do cumprimento da pena, os relatórios de ocorrências envolvendo o recorrente atestam seu envolvimento em situações que mereceram sempre expressivo controle, a justificar a presença de estado de periculosidade, desajuste social recorrente e impossibilidade de ser

deduzida, desta feita, a recuperação que o faria apto ao convívio social.

Termos em que,

Pede deferimento.

Comarca, data.

Promotor de Justiça